

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente

BAHIA FERROVIAS S.A

ÍNDICE

3	Relatório da Administração
6	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
9	Balanço patrimonial
10	Demonstração do resultado
11	Demonstração do resultado abrangente
11	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
12	Demonstração dos fluxos de caixa
13	Notas explicativas às demonstrações contábeis
30	Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira



Relatório da Administração

31 DE DEZEMBRO DE 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

Contexto

A Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, n. 1.752, Edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Em 3 de setembro de 2021, foi assinado o Contrato de Subconcessão da exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, denominada de Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”), entre a União, representada pela ANTT e a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (“VALEC”), denominada interveniente e subconcedente, e a Companhia, na qualidade de subconcessionária, para a construção e prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da FIOL, por um período de 35 anos, a contar a partir da data da assinatura, não postergável.

Anteriormente à subconcessão, o empreendimento FIOL estava sendo executado pela VALEC, empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura (“MINFRA”). O projeto completo da FIOL compreende o trecho entre os municípios de Ilhéus, no estado da Bahia, e o município de Figueirópolis, no estado de Tocantins, numa extensão de 1.527 km. O Trecho 1 da ferrovia (“FIOL 1”) subconcessionado para a Companhia vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 km.

Atualmente, a Companhia está em fase pré-operacional e vem despendendo seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (c) desapropriações de áreas que impactam na finalização da construção da infraestrutura da malha ferroviária; (d) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração; e (e) manutenção das condicionantes das licenças e permissões da Companhia, as quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 2023, foi iniciada a execução das obras de infraestrutura e superestrutura ferroviárias do lote 1F, com 126,4 km de extensão, que passa pelos municípios de Ilhéus, Uruçuca, Ubaitaba, Gongogi, Ita-

giba, Aurelino Leal e Aiquara, no estado da Bahia. O prazo estimado para as obras é de 36 meses, com um investimento previsto de R\$ 1,1 bilhão.

O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura da malha ferroviária e o consequente início das operações é de cinco anos da data da assinatura do contrato. A Bahia Ferrovias requereu a prorrogação das obrigações não financeiras junto à ANTT, referente aos investimentos com prazos determinados, com base na Lei n. 14.273/2021 (“Lei das Ferrovias”). A ANTT forneceu uma devolutiva sobre o tema, entendendo que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente dos ajustes contratuais necessários. A formalização do aditivo e a previsão de incidência de eventual impacto financeiro no valor da outorga encontram-se em discussão junto à ANTT. As análises e os impactos do pleito ainda estão sendo avaliados pela Administração da Bahia Ferrovias.

A Companhia tem prejuízo acumulado no valor de R\$ 89.000 (2022, R\$ 56.245) e apresentou capital circulante líquido no montante de R\$ 187.940 (2022, R\$ 428.849). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG, através do acionista controlador Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

Capital social

O capital social autorizado está representado por 595.501.851 (quinhentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e um mil e oitocentos e cinquenta e um) ações ordinárias nominativas, no

valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde a R\$ 595.502.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter os recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

Responsabilidade da Administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

Diretores

Os diretores durante o exercício de 31 de dezembro de 2023 e até a data de assinatura das demonstrações contábeis de 2023 encontram-se a seguir indicados:



Sergio Leite

Diretor Presidente



Alexandre Aigner

Diretor Financeiro



Eduardo Ledsham

Diretor



Gustavo Cota

Diretor



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
Bahia Ferrovias S.A.
Salvador – Bahia.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 19 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348/O

Balanço patrimonial

31 DE DEZEMBRO DE 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	245.653	462.982
Adiantamentos	6	3.314	110
Outros ativos	9	2.694	2.588
		251.661	465.680
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	7	16.129	4.697
Depósitos judiciais	8	3.690	127
Outros ativos	9	323	-
		20.142	4.824
Imobilizado	10	267.699	74.020
Direito de uso	11	30.548	31.483
Intangível	12	173	81
		298.420	105.584
Total do ativo		570.223	576.088
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	55.375	27.080
Obrigações tributárias e sociais	14	7.831	7.705
Partes relacionadas	16	515	2.046
		63.721	36.831
Total do passivo		63.721	36.831
Patrimônio líquido			
Capital social	17	595.502	595.502
Prejuízos acumulados		(89.000)	(56.245)
		506.502	539.257
Total do passivo e patrimônio líquido		570.223	576.088

Demonstração do resultado do exercício

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota	2023	2022
Despesas gerais e administrativas	18	(81.320)	(74.704)
Outras receitas (despesas), líquidas		860	(206)
Prejuízo operacional		(80.460)	(74.910)
Receitas financeiras		47.830	38.763
Despesas financeiras		(125)	(69)
Resultado financeiro	19	47.705	38.694
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(32.755)	(36.216)
Tributos sobre o lucro		-	-
Prejuízo do exercício		(32.755)	(36.216)

Demonstração do resultado abrangente

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	(32.755)	(36.216)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(32.755)	(36.216)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022		266.557	32.730	(20.029)	279.258
Integralização de capital	17	296.215			296.215
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	32.730	(32.730)		-
Prejuízo do período				(36.216)	(36.216)
Em 31 de dezembro de 2022		595.502	-	(56.245)	539.257
Prejuízo do exercício		-	-	(32.755)	(32.755)
Em 31 de dezembro de 2023		595.502	-	(89.000)	506.502

Demonstração dos fluxos de caixa

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(32.755)	(36.216)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício			
Depreciação e amortização	10 e 12	806	97
Baixa de ativo imobilizado e intangível	10	8	-
Variações no capital circulante			
Adiantamentos	6	(3.204)	(110)
Tributos a recuperar	7	(11.432)	(4.307)
Depósitos judiciais	8	(3.563)	(127)
Fornecedores	13	28.295	22.114
Obrigações tributárias e sociais	14	126	5.927
Partes relacionadas	16	(1.531)	(5.251)
Outros ativos	9	(429)	(3.111)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(23.679)	(20.984)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(193.530)	(69.132)
Aquisição de intangível	12	(120)	(87)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(193.650)	(69.219)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital		-	296.215
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		-	296.215
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		(217.329)	206.012
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	5	462.982	256.970
Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício	5	245.653	462.982

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 DE DEZEMBRO DE 2023

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1 | Contexto operacional

A Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a da construção e da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, n. 1.752, Edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

(a) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de abril de 2024.

2 | Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

2.1 | Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) –, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa 3.

2.2 | Novas normas, interpretações e revisões emitidas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(a) Alterações ao IFRS 16 / CPC 06: passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (transação de venda e retroarrendamento)

A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*sale and leaseback*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isso poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) Alterações ao IAS 1 / CPC 26 (R1): classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para

exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

(c) Alteração ao IAS 7 / CPC 23 (R2) e ao IFRS 7 / CPC 40 (R1)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos

de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3 | Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (“R\$”) e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas

estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa, equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 | Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Reconhecimento e desconhecimento

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria “mensurados ao custo amortizado”. A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

Custo amortizado

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) se o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constitua, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

***Impairment* de ativos financeiros**

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob a categoria “passivos financeiros ao custo amortizado”. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A Companhia classifica todos os seus passivos financeiros como custo amortizado, exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são contabiliza-

das no resultado. A Companhia possui operações com Fornecedores como passivos financeiros não derivativos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.5 | Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.6 | Adiantamentos

Os adiantamentos a fornecedores são inicialmente reconhecidos como um ativo circulante da Companhia, uma vez que representam recursos financeiros que serão utilizados no curto prazo. Quando os bens ou serviços pelos quais os adiantamentos foram feitos são recebidos, o montante correspondente é apropriado do ativo para o resultado do exercício corrente.

2.7 | Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

2.8 | Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais que envolvem a aquisição compulsória de propriedades pela Companhia para os fins de construção da infraestrutura e superestrutura da FIOl são instrumentos garantidores de que os proprietários dos imóveis receberão uma compensação justa pela propriedade desapropriada. Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor justo no ativo não circulante, uma vez que a Companhia avalia que os recursos permaneceram indisponíveis por um período superior a um ano.

2.9 | Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.10 | Direito de uso

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

2.11 | Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.12 | Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.13 | Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

2.14 | Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro, exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3 | Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As

demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes a perdas por redução ao valor recuperável de ativos, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do direito de uso com vida útil definida e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a Administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes serão sempre as mais próximas possíveis e raramente iguais aos respectivos resultados reais.

(a) Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação a intenção não vinculante do suporte financeiro de seu acionista controlador, enquanto a Companhia permanecer como subsidiária indireta da controladora final, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado é considerada como julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

(b) Perda (*impairment*) do direito de exploração da subconcessão

O direito de exploração da subconcessão é revisado anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado. Entretanto, não há indicadores de *impairment* identificados para a Companhia.

(c) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e a Orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”.

Os ativos decorrentes do contrato de subconcessão da malha ferroviária estão sob a ótica do CPC 06 (R2) / IFRS 16, em que a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito do uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor mensurado inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção

do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O Contrato de Subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos para a VALEC, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da Subconcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para a continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados à Subconcessão, poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas.

4 | Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, que pode ser de commodities, entre outros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

(e) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e transações entre partes relacionadas.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada.

Em 31 de dezembro de 2023, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os valores justos para os instrumentos financeiros da Companhia.

		2023	2022
Ativos	Categoria		
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	245.653	462.982
		245.653	462.982
Passivos	Categoria		
Fornecedores	Ao custo amortizado	55.375	27.080
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	515	2.046
		55.890	29.126

5 | Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Recursos em caixa	1	3
Depósitos bancários à vista	258	43
Aplicações financeiras de curto prazo	245.394	462.936
	245.653	462.982

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidades vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI").

6 | Adiantamentos

	2023	2022
Fornecedores	3.196	-
Empregados	118	110
	3.314	110

7 | Tributos a recuperar

	2023	2022
IRRF ¹ sobre aplicações financeiras	16.113	4.697
PIS ² e COFINS ³ não cumulativo	16	-
	16.129	4.697

O montante de R\$ 16.113 (2022, R\$ 4.697) corresponde ao imposto retido na fonte, decorrente de resgates de aplicações financeiras da Companhia.

8 | Depósitos judiciais

	2023	2022
Desapropriações	3.690	127

O saldo de depósitos judiciais de R\$ 3.690 (2022, R\$ 127) refere-se a processos legais de desapropriações de áreas da faixa de domínio da FIOL.

9 | Outros ativos

	2023	2022
Seguros	3.015	2.561
Outras contas a receber	2	27
	3.017	2.588
(-) Circulante	(2.694)	(2.588)
Não circulante	323	-

1 | Imposto de Renda Retido na Fonte.

2 | Programa de Integração Social.

3 | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

10 | Imobilizado

	Imobilizado em construção (i)	Benfeitorias	Outros	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	743	743
Adições	69.981	2.004	1.384	73.369
Em 31 de dezembro de 2022	69.981	2.004	2.127	74.112
Depreciação acumulada				
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-
Depreciação	-	(1)	(91)	(92)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(1)	(91)	(92)
Saldo contábil				
Custo total	69.981	2.004	2.127	74.112
Depreciação acumulada	-	(1)	(91)	(92)
Em 31 de dezembro de 2022	69.981	2.003	2.036	74.020
Custo				
Em 1º de janeiro de 2023	69.981	2.004	2.127	74.112
Adições (ii)	193.526	-	939	194.465
Transferências	-	(164)	164	-
Baixas	-	-	(8)	(8)
Em 31 de dezembro de 2023	263.507	1.840	3.222	268.569
Depreciação acumulada				
Em 1º de janeiro de 2023	-	(1)	(91)	(92)
Depreciação	-	(369)	(409)	(778)
Em 31 de dezembro de 2023	-	(370)	(500)	(870)
Saldo contábil				
Custo total	263.507	1.840	3.222	268.569
Depreciação acumulada	-	(370)	(500)	(870)
Em 31 de dezembro de 2023	263.507	1.470	2.722	267.699

(i) Sob o Contrato de Subconcessão da FIOI, trecho 1, a Companhia tem por obrigação a finalização da construção dos ativos que compõem a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. Dessa forma, a Companhia tem principalmente despendido seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; e (c) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração da FIOI, trecho 1. Tais recursos despendidos e citados anteriormente compõem o ativo em andamento da Bahia Ferrovias. O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária é de cinco anos da data da assinatura do contrato.

(ii) Em 2023 houve adições de imobilizado no total de R\$ 194.465 (2022, R\$ 73.669). Do total de adições do exercício, R\$ 935 (2022, R\$ 4.237) representam adições de capitalização de gastos, sem efeito caixa, diretamente ligados à finalização da construção dos ativos que compõem a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. Enquanto que R\$ 193.530 (2022, R\$ 69.132) representam o total de adições do imobilizado com efeito caixa.

11 | Direito de uso

	Outorga da subconcessão	Total
Custo		
Em 1º de janeiro de 2022		
Adições	32.730	32.730
Em 31 de dezembro de 2022	32.730	32.730
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2022	-	-
Amortização (i)	(1.247)	(1.247)
Em 31 de dezembro de 2022	(1.247)	(1.247)
Saldo contábil		
Custo total	32.730	32.730
Amortização acumulada	(1.247)	(1.247)
Em 31 de dezembro de 2022	31.483	31.483
Custo		
Em 1º de janeiro de 2023	32.730	32.730
Adições	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	32.730	32.730
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2023	(1.247)	(1.247)
Amortização (i)	(935)	(935)
Em 31 de dezembro de 2023	(2.182)	(2.182)
Saldo contábil		
Custo total	32.730	32.730
Amortização acumulada	(2.182)	(2.182)
Em 31 de dezembro de 2023	30.548	30.548

(i) Os valores referentes à amortização do Contrato de Subconcessão da FIOL, trecho 1, são capitalizados. Em 2023 foi capitalizado o montante de R\$ 935 (2022, R\$ 1.247).

12 | Intangível

	Softwares	Total
Custo		
Em 1º de janeiro de 2022		
Adições	87	87
Em 31 de dezembro de 2022	87	87
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2022		
Amortização	(6)	(6)
Em 31 de dezembro de 2022	(6)	(6)
Saldo contábil		
Custo total	87	87
Amortização acumulada	(6)	(6)
Em 31 de dezembro de 2022	81	81
Custo		
Em 1º de janeiro de 2023	87	87
Adições	120	120
Em 31 de dezembro de 2023	207	207
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2023	(6)	(6)
Amortização	(28)	(28)
Em 31 de dezembro de 2023	(34)	(34)
Saldo contábil		
Custo total	207	207
Amortização acumulada	(34)	(34)
Em 31 de dezembro de 2023	173	173

13 | Fornecedores

	2023	2022
Fornecedor no mercado interno	55.375	27.080

Os principais parceiros de negócio da Companhia são consultores e assessores técnicos e o contrato de construção com o consórcio TCR-10 que apoiam nas atividades de (a) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (b) serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração da FIOL; e (c) execução de obras de infraestrutura e superestrutura ferroviárias do lote 1F do trecho 1 da FIOL.

14 | Obrigações tributárias e sociais

	2023	2022
Participação nos resultados	3.723	4.007
Provisão de férias	1.415	1.190
Tributos retidos sobre serviços	1.866	1.569
Tributos sobre obrigações trabalhistas	707	689
Outros	120	250
	7.831	7.705

15 | Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

A Companhia identificou passivos contingentes associados a três autuações lavradas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres por supostas infrações, resultando em multas devido ao não cumprimento de cláusulas estipuladas no contrato de subconcessão da FIOL I. Após uma análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, concluiu-se que não era apropriado provisionar valores para estes processos, uma vez que as perdas esperadas foram consideradas apenas possíveis. O montante total envolvido nesses processos é estimado em aproximadamente R\$ 903 (2022, R\$ 0).

16 | Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Em 2023, o saldo passivo de R\$ 515 (2022, R\$ 2.046) com partes relacionadas decorre de contrato firmado especificamente para reembolso de despesas gerais e administrativas relacionadas ao compartilhamento de recursos materiais e humanos, incorridos pelo seu acionista controlador BAMIN. O contrato foi assinado em 3 de setembro de 2021, renovado automaticamente em 2022 e 2023, e não contempla incidência de encargos financeiros.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração são os diretores da Companhia, cuja remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, substancialmente salários e encargos, foi de R\$ 4.291 (2022, R\$ 4.195).

17 | Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 2023, o capital social autorizado está representado por 595.501.851 (quinhentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e um mil e oitocentos e cinquenta e um) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde a R\$ 595.502.

18 | Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Salários, férias, 13º salário e encargos	41.976	31.174
Consultorias, assessorias e serviços gerais	20.427	32.211
Viagens, estadias e eventos corporativos	6.510	4.530
Arrendamentos de curto prazo	4.957	2.281
Tributos	2.522	1.882
Outros	4.928	2.626
	81.320	74.704

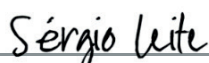
19 | Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicação financeira	47.826	38.763
Outras receitas financeiras	4	-
	47.830	38.763
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(125)	(69)
	(125)	(69)
	47.705	38.694

Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira

31 DE DEZEMBRO DE 2023

Diretoria



Sérgio Leite

Diretor Presidente



Alexandre Aigner

Diretor Financeiro



Eduardo Ledsham

Diretor



Gustavo Cota

Diretor

Gerência Geral Financeira



Pedro Machado

Gerente Geral Financeiro



Rilson Cruz

Contador | CRC BA 036891/O-5



www.bamin.com.br